

**FLÁVIA NUNES DE CARVALHO
CAVICHIOLI CARMONA**

FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL

**da promessa à realidade
do estado de coisas
inconstitucional nas
prisões brasileiras.**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

C287f

Carmona, Flávia Nunes de Carvalho Cavichioli
Fundo penitenciário nacional : da promessa à realidade
do estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras
/ Flávia Nunes de Carvalho Cavichioli Carmona. – Rio de
Janeiro : Lumen Juris, 2019.
208 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 157-166.

ISBN 978-85-519-1420-5

1. Estado de coisas inconstitucional. 2. Fundo Peniten-
ciário Nacional (FUNPEN). 3. ADPF. 4. Política pública.
I. Título.

CDD 364

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	XI
Introdução	1
1 Origem do Fundo Penitenciário Nacional: a Promessa de Viabilizar Melhorias no Sistema Penitenciário	17
1.1 O sistema penitenciário brasileiro antes da criação do Fundo Penitenciário Nacional	17
1.2 A criação do Fundo Penitenciário Nacional	29
1.2.1 A natureza jurídica do Fundo Penitenciário Nacional e sua importância	31
1.2.2 Conceitos básicos: descentralização de recursos, transferência voluntária, convênio, contrato de repasse....	35
1.2.3 Receitas do Fundo Penitenciário Nacional	40
1.2.4 Execução orçamentária e financeira do Fundo Penitenciário Nacional: os entraves para a utilização de suas verbas decorrentes do conflito federativo	43
1.3 O Fundo Penitenciário Nacional no ordenamento jurídico brasileiro antes da decisão do Supremo Tribunal Federal de reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional	51
1.3.1 Lei Complementar n.º 79/1994	52
1.3.2 Decreto n.º 1.093/1994	54
2 A Realidade do Fundo Penitenciário Nacional: a Falência do Sistema Penitenciário Judicialmente Atestada no Reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional	57

2.1 Dados da realidade do sistema penitenciário e suas assimetrias regionais	57
2.2 O reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional como fruto de litígio estratégico	67
2.3 O Estado de Coisas Inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro	73
2.3.1 O paradigma: decisões colombianas (T-153/1998 e T-388/2013)	74
2.3.2 Peculiaridades da decisão brasileira: decisão do Supremo Tribunal Federal (ADPF 347 MC/DF)	82
2.4 As promessas contidas na decisão liminar da ADPF 347 MC/DF de impacto no ciclo da política penitenciária	88
2.4.1 Recomendações trazidas na decisão liminar da ADPF 347 MC/DF	88
2.4.2 O descontingenciamento das verbas do Fundo Penitenciário Nacional como meio de viabilização orçamentária de implementação de melhorias no sistema penitenciário	91
2.5 O advento da decisão no RE 641.320/RS e sua abordagem acerca do descontingenciamento das verbas do Fundo Penitenciário Nacional	95
 3 A (Des)Esperança no Fundo Penitenciário Nacional: Impacto no Ordenamento Jurídico e na Política Penitenciária após a Ordem de Descontingenciamento das Verbas	
3.1 O impacto no ordenamento jurídico	105
3.1.1 O malabarismo legislativo: MPV 755/2016 e MPV 781/2017	106
3.1.2 MPV 755/2016: o desvirtuamento da decisão da ADPF 347 MC/DF	109

3.1.3 A substituta MPV 781/2017: convergências e divergências em relação à MPV 755/2016.....	120
3.1.4 A conversão da MPV 781/2017 na Lei n.º 13.500/2017	127
3.2 O impacto na política penitenciária	132
3.2.1 Dados dos repasses dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional: anos de 2016 e de 2017.....	133
3.2.2 A desesperança advinda do mal-uso ou não uso das verbas do Fundo Penitenciário Nacional	139
Conclusão	147
Referências	157
Anexos	167